



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640255 - PR (2021/0014223-0)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
IMPETRANTE : ALEXANDRE HARDT BORTOLOTTO
ADVOGADO : ALEXANDRE HARDT BORTOLOTTO - PR079882
IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
PACIENTE : FERNANDO PEDRO DUARTE ALVES (PRESO)

DECISÃO

Cuida-se de habeas corpus com pedido de liminar impetrado em favor de FERNANDO PEDRO DUARTE ALVES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO (HC n. 5001060-36.2021.4.04.0000).

O paciente cumpre pena de 4 anos, 11 meses e 28 dias de reclusão, em regime inicial semiaberto, cuja fiscalização é feita por meio de equipamento eletrônico de monitoramento.

O impetrante insurge-se contra o indeferimento de autorização para que o paciente continue a exercer a atividade laboral desempenhada antes de imposta a reprimenda criminal.

Requer, liminarmente e no mérito, a cassação da decisão proferida pela autoridade coatora e, via de consequência, o deferimento da autorização para deslocamento diário laboral.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do writ originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe habeas corpus contra indeferimento de pedido de liminar em outro writ, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENAS EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO. [...] 3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância. 4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo

Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente habeas corpus.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência